



Estratégias de intervenção na esfera pública midiaticizada: o problema da representação da alteridade no documentário “Falcão: meninos do tráfico”.¹

Thiago Araujo Ansel²

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo se ocupará de discutir como, na realidade contemporânea marcada por crises nos mecanismos de representação política e mediação tradicionais, se dá a interferência de uma organização da sociedade civil no espaço público midiaticizado, observando também como estratégias de luta política e legitimação social se reconfiguraram neste novo contexto. Pretende-se também problematizar a construção da alteridade em uma dada produção midiática a partir da observação de um caso particular em que a referida organização negocia com um grande conglomerado comercial de mídia a exibição de um produto cultural audio-visual finalizado pela primeira e veiculado pela segunda.

Palavras-chave

Espaço público; midiaticização; ONGs; favela; alteridade.

“Não sou escravo da idéia que os outros fazem de mim, mas da minha aparição”.
Frantz Fanon³

A breve discussão que se seguirá surgiu em grande parte da “aventura urbana” que é estar embebido em contradições de uma grande metrópole brasileira – a cidade do Rio de Janeiro – procurando refletir sobre aspectos relacionados à produção de sentido e às possibilidades de representação de grupos subalternos.

Motivado por esta proposta, narrarei uma “aventura” em particular com o objetivo de ensejar certos questionamentos acerca de contradições, referidas no parágrafo anterior como sendo “da cidade”, mas que se estendem ao nível da própria

¹ Trabalho apresentado ao Expocom, na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do Intercom Sudeste 2009.

² Thiago Araujo Ansel é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – thiagoansel@hotmail.com

³ FANON, Frantz. “A experiência vivida do negro”. In: *Pele Negra máscaras brancas*. EDUFBA. 2008. p103



subjetividade, condicionando uma série de percepções bem como o próprio repertório representacional.

Vamos a história. Dia destes estava eu – estudante de pós-graduação, negro, oriundo das classes populares – acomodado em um dos últimos bancos do 754 (linha rodoviária que vai da Barra da Tijuca, bairro de classe média alta da Zona Oeste do Rio de Janeiro até Sulacap, uma área periférica também localizada na Zona Oeste da cidade). Antes de mergulharmos em reflexões (que pretendo que sejam) razoavelmente densas acerca da problemática já citada, é importante contextualizar certos aspectos do transporte rodoviário carioca, espaço onde se deu o encontro ocasional que tornou possível algumas das elucubrações presentes neste trabalho que trata da construção discursiva da alteridade. Sobre os ônibus é curioso perceber e oportuno registrar que os bancos traseiros passaram a ser muito disputados pelos passageiros com a mudança do local de desembarque para a parte de trás da maioria dos coletivos rodoviários da cidade. Antes de tal mudança ser amplamente adotada pelas empresas do ramo no município (e intuo que seja atribuída justamente a questões de segurança) estes assentos eram evitados ao máximo, sobretudo, pelo risco de assaltos, pois seria lá que, em certo senso comum, costumariam viajar os “tipos mais suspeitos”.

Devido ao fato de algumas linhas de ônibus em determinados horários andarem rigorosamente lotadas, as pessoas passaram a formar amontoados nas partes traseiras dos veículos, devido a proximidade da porta de desembarque e conseqüente facilidade para desembarcar. No entanto, a saída de uns é, ironicamente, a porta de entrada dos que por ventura têm a intenção de fazer a viagem sem pagar a tarifa. Estes são geralmente os tais “tipos suspeitos”. Em uma palavra, a porta de saída na extremidade posterior dos coletivos, acabou por misturar durante os percursos alguns “tipos”, com graus variados de “suspeição”.

De volta ao 754, incomumente ainda salpicado de bancos vazios, viajava eu absorto na leitura de “Pele negra, máscaras brancas” do martinicano Frantz Fanon, embalado como de hábito, pelo ronco do motor, em meio a um capítulo intitulado “A experiência vivida do negro”.

De forma repentina o silêncio (relativo) é despedaçado abruptamente por um diálogo travado aos berros com frases intercaladas pela maioria dos palavrões que eu conhecia. Dois adolescentes negros, trajando roupas desgastadas, invadem o veículo pelas janelas traseiras. Logo que acomodados iniciaram a entoação de um “proibidão” (no rio os “proibidões” são músicas de um ritmo conhecido como funk carioca, que em



suas letras geralmente louvam o estilo de vida de traficantes). Nessa altura o coletivo ainda estava na Barra da Tijuca. Durante o restante do itinerário a postura e o comportamento destes dois jovens me pareceu sempre de afronta, tanto aos passageiros quanto aos pedestres aos quais dirigiam insultos. Algo que chamou-me a atenção foi o olhar destes dois jovens, e a postura sempre desafiadora, talvez com intenção deliberada de inspirar medo e ao mesmo tempo atrair a atenção. Contudo, ao contrário do que pareciam querer comunicar era bastante nítido que não eram criminosos: carregavam bolinhas de tênis utilizadas para fazer malabarismos nas faixas de pedestre dos semáforos. Um deles até exclamara: “Bolinha aqui na Barra é muito bom!” – referindo-se a um dia possivelmente lucrativo de malabarismos.

No Rio de Janeiro, mesmo quem não tem o costume de utilizar o transporte público dispõe de muitas oportunidades de se deparar com situações bem parecidas com a que foi descrita. Nos sinais de trânsito os motoristas são freqüentemente abordados por adolescentes e crianças que oferecem, por exemplo, serviços instantâneos de limpeza de para-brisas. Muitas vezes tais serviços não são exatamente “oferecidos” e sim impostos. Via de regra os vidros são lavados independentemente da solicitação dos motoristas e não raro sob protestos destes. A dinâmica que parece se instaurar neste tipo de contato efêmero, comandado por estas crianças e adolescentes busca fazer com que o motorista sintam-se endividado, pois em certa lógica compartilhada, serviço prestado significa contração de dívida para o beneficiário.

Se faz necessário mencionar ainda sobre tal dinâmica, que os motoristas não são expressamente forçados a pagar, ou seja, não há ameaça explícita, coação bem caracterizada ou coisa parecida. Entretanto, a corporalidade desafiadora adotada por muitas destas crianças e adolescentes em sua maioria negros, poderia ser apontada como fator recorrente em tais encontros. O corpo (sobretudo o corpo negro) vem a conjugar signos historicamente associados a miséria urbana e, por conseguinte, ao perigo: um dos principais ingredientes da fórmula discursiva hegemônica na representação da pobreza. Sobre as representações do corpo nas populações afro-americanas Júlio Tavares (1997) observa:

Nas populações da África e da América pré-colombiana o corpo coexiste como dispositivo de poder, de identidade e de linguagem transparente em seu cotidiano. (...) De uma ponta a outra do continente americano a



população negra se utilizou do corpo como veículo de resistência socio-cultural e como agente emancipador da escravidão.⁴

O autor discute neste texto como a capoeira torna-se um modelo emblemático neste processo, abrindo caminho inclusive para uma ousadia: “a de propor uma identidade ainda não reconhecida conceitualmente: a identidade corpóreo-gestual”.

A partir de tais argumentações proponho que, com os cuidados necessários, tracemos um paralelo entre a identidade corpóreo-gestual proposta por Tavares (que teve como objeto a capoeira) e a corporalidade destas crianças e adolescentes marginalizados, que se apropriam do discurso hegemônico no qual são constituídos enquanto ameaça, para se posicionar subjetivamente frente ao olhar do outro.

Esta mesma estratégia pode ser traçada com o objetivo de refletir sobre como, no documentário “Falcão: Meninos do Tráfico”, algumas posições subjetivas são diretamente perpassadas por certas construções arraigadas no discurso hegemônico. Dizendo de outra forma, a dinâmica que está no centro deste debate debruça-se sobre como “o outro” - de posse de um mapa discursivo no qual conscientemente se situa como ameaça - articula discursos que dialogam com determinadas expectativas. Tal tarefa, principalmente no caso de “Falcão” deve levar em conta o contexto de sua produção e as tensões existentes entre os sujeitos de um processo de marginalização social e a possibilidade de diálogo com discursos potencialmente hegemônicos. Especificamente sobre este último aspecto procuraremos pensar também em como os discursos elaborados pelos “meninos do tráfico” entram em diálogo com os discursos em dominância e, particularmente, frente a possibilidade de difusão massiva de falas consubstanciada pela presença de aparatos audio-visuais. Pretendemos ainda apontar alguns dos fatores que concorrem para que a Central Única das Favelas (CUFA) apareça como mediadora entre a chamada grande mídia e os espaços favelados e parte de seus habitantes, observando a especificidade da representação da favela priorizada por “Falcão”.

Consideramos portanto, importante ressaltar que nosso interesse não está neste momento centrado em analisar conteúdos de “Falcão”. O que nos instiga a realizar esta breve discussão é a noção de que o documentário traz um recorte discursivo no qual jovens envolvidos com atividades criminosas são representados de forma diversa da habitual em um veículo da chamada grande mídia. A maioria dos jovens que participa

⁴ TAVARES, Júlio. “Educação através do corpo – A representação do corpo nas populações afro-americanas”. In: Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. N°25, 1997. p216



da produção apresenta fragmentos auto-biográficos marcados por dramas pessoais que em nossa hipótese, os complexificam, uma vez há certo nível de ruptura com representações tradicionais de traficantes nas quais estes últimos aparecem, quase que exclusivamente, enquanto ameaça. Além de contextualizar a conjuntura que propiciou a exibição de “Falcão” no principal canal de televisão do mais poderoso conglomerado de comunicação do Brasil, pretendemos observar como os “meninos do tráfico” articulam os estereótipos sobre eles próprios num processo complexo de ocupação de lugares de fala.

A favela como objeto social e urbano na produção intelectual e midiática

Em “A Invenção da Favela”, Lícia do Prado Valladares (2005) propõe uma “sociologia da sociologia da favela”, preocupando-se em observar como a favela foi “inventada”, ou seja, como as representações e categorias, hoje ligadas às favelas cariocas, se constituíram a partir da produção intelectual e midiática (embora com menos ênfase nesta última), sendo resultado “(...)mais ou menos cumulativo, mais ou menos contraditório, de representações sociais sucessivas, originárias das construções dos atores sociais que se mobilizaram em relação a esse objeto social e urbano”. Vale ressaltar, que o termo “produção intelectual” aqui, não se refere exclusivamente aos trabalhos acadêmicos, mas também à produção de conhecimento por parte de organismos (como por exemplo, as ONGs) cujas intervenções (das mais variadas formas) nos espaços favelados fornecem relatórios, pesquisas e informações de acordo com objetivos políticos e sociais diversos.

Nas décadas de 1960 e 1970, segundo Valladares (2005) eram dominantes as concepções sobre favelas que as tinham como “fruto de um processo marcado pela marginalidade social”. Percepções que vieram a justificar ideologicamente as políticas governamentais *remocionistas* do início dos anos 1960 até meados da década de 1970.

A visão governamental da favela como problema exclusivamente habitacional segue as tendências de diferentes países latino-americanos em questões semelhantes: remoção de ocupações “ilegais” e investimento na construção de conjuntos de habitação popular. Nessa mesma época, no Brasil, sobretudo nos círculos letrados, aparecem



também discursos “concorrentes” sobre os espaços favelados, representações que valorizavam as favelas como soluções para o déficit de habitação das cidades.

Se a favela podia ser vista como uma solução, em grande parte isso era devido ao reconhecimento e a valorização do ‘saber popular’, da participação da ‘voz do povo’ a partir dos anos 1960. A Igreja contribuiu fortemente para essa valorização na América Latina – lembremos que os anos 1960 foram os anos das comunidades eclesiais de base, do Concílio Vaticano II, da ‘opção pelos pobres’ (...) Segundo Doimo (1995, pp 74 -76) a partir do início dos anos 1970 a idéia do ‘povo como sujeito’ estava presente no discurso de muitos atores sociais importantes(...).⁵

Essas visões da “favela como solução participativa”, não foram revistas, progressivamente, obtendo legitimidade, a ponto de se tornar um “referencial comum aos atores das políticas públicas e modelo nos meios universitários”. Entretanto, assim como sugere Valladares (2005), buscaremos nos desvencilhar de leituras românticas, que entendem as favelas essencialmente como “soluções participativas”.

Preferimos o modelo do free rider, que salienta os interesses pessoais e a vantagens que podem ser obtidas de uma situação determinada. A prática do ‘jeitinho brasileiro’ também contribuiu para o desenvolvimento de mecanismos e meios formais e informais para obter benefícios. Se a participação dos favelados foi ativa e criativa, ela também se reconhece mais individual do que coletiva, cada um tentando captar vantagens particulares, sugerindo ser a ideologia utilitária e a ética individualista mais fortes do que a orientação para agir coletivamente.⁶

Nos anos 1990, “novamente com forte influência da mídia” (Idem, p140), surge o Programa Favela Bairro: “Dois anos após o anúncio do programa, em 1993, cerca de 15 estudos foram encomendados a programas de pós graduação”. (Idem) A favela retorna as agendas de pesquisa. Um elemento de conjuntura política, especialmente relevante para o trabalho que pretendemos desenvolver, é o fortalecimento de iniciativas de ONGs que consistem tanto em ações quanto em pesquisas no interior de favelas. Nestas organizações destaca-se a seguinte característica:

Como assinala Landim (1998:69), essas ONGs são, de fato, bastante ligadas ao mundo universitário: além dos programas de cooperação com instituições acadêmicas, muitos de seus militantes são universitários, docentes e discentes, sendo bastante numerosos os estudantes que nelas fazem estágios e participam de suas múltiplas atividades. Várias delas têm sites na internet, publicam livros, revistas, manuais e documentação militante, muitas vezes na fronteira das publicações acadêmicas. Além disto, as ONGs também priorizam as favelas fazendo-se intensamente presentes nestes territórios, em detrimento das outras áreas de pobreza da cidade. A produção das ONGs

⁵ VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005. Petrópolis, RJ. Ed: Vozes, 2002. p133.

⁶ Ib. Idem; p136



tornou-se, de fato, substancial e íntegra, hoje, grande parte da bibliografia sobre as favelas do Rio de Janeiro.⁷

A imbricação entre estas organizações e o “mundo universitário” é um dos pontos importantes a serem considerados, uma vez que esse contato fronteiriço, pode implicar em possíveis consensos no que diz respeito ao que Valladares chama de visão da “favela como solução”, percepção que ganhou muita força em determinados círculos da intelectualidade brasileira, conforme expusemos algumas linhas antes. Do ponto de vista da comunicação essas relações também são merecedoras de atenção, visto que muitas das organizações da sociedade civil, hoje, não produzem somente publicações e pesquisas, mas também fazem circular (de posse de ferramentas tecnológicas para tanto ou por meio de negociações com empresas de comunicação) imagens e discursos que, freqüentemente, têm objetivos deliberados de retrabalhar ou modificar representações de determinados grupos sociais. Estas estratégias são elaboradas frente aos regimes de visibilidade pública que se impuseram e se integraram à sociedade, alterando formas de percepção.

Se todos os períodos históricos têm sua palavra mágica – ou melhor a palavra-passe que abre o horizonte das suas possibilidades – da mesma forma que houve uma Idade da Fé, uma Idade da Razão ou uma Idade dos Descobrimientos a nossa parece ser a Idade da Comunicação.⁸

CUFA: estratégias de representação (política?) em uma sociedade midiaticizada

Na contemporaneidade marcada por crises nos mecanismos de representação política e mediação tradicionais é interessante notar a recorrência com a qual se dá a interferência de organizações da sociedade civil no espaço público midiaticizado, observando também como estratégias de luta política e legitimação social se reconfiguraram neste novo contexto.

Com efeito a CUFA nos parece um rico exemplo, sobretudo quando pretendemos discutir sobre disputas simbólicas, negociações e tensões entre uma organização da sociedade civil e um veículo comercial de comunicação em torno da representações da alteridade. Tal temática surge da percepção de que, em alguma medida, veículos da chamada “grande imprensa” têm acolhido “vozes” de organizações

⁷ Ib. Idem; p141

⁸ FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. “Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias”. In: Mídia e movimentos sociais. São Paulo. Ed. Paulus, 2007. p13



da sociedade civil (que muitas vezes reivindicam para si a tarefa de “dar visibilidade” aos discursos e representações formulados pelos que falam “desde dentro” das favelas e periferias). Estas entidades, em contrapartida, procuram se articular de diferentes maneiras com veículos da “grande mídia”, utilizando métodos e ferramentas diversas que possibilitem, através da inserção de representações que buscam “concorrer” (há que se destacar as devidas assimetrias nessa “concorrência”) com representações dominantes (em tese, veiculadas pelos meios massivos) para assim intervir no espaço público midiático que, por sua vez, pode introduzir na sociedade imagens das favelas e de seus habitantes que se pretendem contra-hegemônicas.

Urge meditar sobre o desempenho dos meios de comunicação. Devem ser vistos não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas como lugares de produção de estratégias conflituais que visam reformular o processo social. Os enunciados midiáticos, (...) ao mesmo tempo que representam a realidade, condicionam a experiência que dela temos, como sistema social de referência.⁹

A Central Única das Favelas há algum tempo se articula com as Organizações Globo, relação que ganhou ampla notoriedade após a exibição, em fevereiro de 2006, do documentário “Falcão: Meninos do Tráfico” no Fantástico, programa dominical de grande audiência da Rede Globo de Televisão. Segundo uma das diretoras e fundadoras da CUFA, Sandra Almada, “a organização nasce do movimento ‘Hip-hop’, seus principais idealizadores são um cantor e um empresário de “rap” que, forçosamente, têm de manter cotidianamente, diálogo com a indústria cultural. O ‘Hip-hop’ é marcado pelo diálogo entre os problemas das periferias e os espetáculos próprios da produção da indústria cultural”. Neste contexto a CUFA é um exemplo de organização que, desde seu nascedouro e a partir de decisões políticas, vem apostando no que seus intelectuais chamam de “comunicação como estratégia da luta política”, o que implica no domínio das gramáticas do audio-visual, como possibilidade de intervenção no espaço público midiático. O “slogan” “fazendo do nosso jeito”, criado pela organização, parece sugerir a presença de um ator social novo que chega a esfera pública se utilizando de diversas estratégias de comunicação (sobre tudo audio-visual) para fazer valer suas visões de mundo .

Torna-se oportuno lembrar que em meio à descrença nos modos tradicionais de representação política, mediada por partidos, sindicatos e mesmo por intelectuais, que

⁹ FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. “Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias”. In: Mídia e movimentos sociais. São Paulo. Ed. Paulus, 2007. p13



operavam como “consciência coletiva” e possuíam papéis de porta-vozes, instituições como ONGs emergem e se apresentam, não só como fontes alternativas de informação para produções midiáticas (sobretudo no discurso jornalístico), mas também como mediação entre grupos sociais “excluídos”, instâncias políticas diversas (com destaque para as esferas de governo) e (e através de) veículos massivos de difusão de informações.

Os organismos da sociedade civil comprometem-se ainda com a “inclusão social” de diferentes “clientelas” (favelados, negros, mulheres), oferecendo-lhes as tais oportunidades construídas através das já famosas “oficinas”, que tratam de informática, artesanato, trabalhos manuais, e mais recentemente, aquelas que oferecem “formação”, em áreas tais como áudio-visual, teatro, modelo e manequim, percussão, artes plásticas, entre outras.

Tais organizações vêm exercendo, ainda, de certa forma, papel de representação política de determinados grupos sociais, tanto na mediação com setores políticos tradicionais, quanto em espaços de visibilidade pública como a mídia. Este último aspecto, que passa a condicionar em certa medida a visibilidade dos diferentes grupos sociais, nas sociedades contemporâneas altamente midiáticas, se tornou tão importante que começa a exigir estratégias das próprias organizações para atrair a atenção da mídia. O que reverbera inclusive na captação de recursos que permitem a sobrevivência destes organismos sem fins lucrativos.

A constituição da identidade ONG no Brasil e algumas considerações sobre reconfigurações do espaço público

Adilson Cabral (2008) afirma que na América Latina, dos anos 1960, a reapropriação da identidade “ONG”, foi calcada numa acepção particular do termo “não-governamental” como negação das formas tradicionais de poder, justificando sua existência a partir da negação da atuação do Estado – “que naquela época significava ditadura militar, da produção científica distanciada da sociedade e das formas assistencialistas de apoio social, cada qual com seus conflitos particulares”.

A partir da abertura política, no Brasil, as ONGs, se encontraram num impasse identitário, já que antes funcionavam como apoio para as lutas políticas numa época de repressão. Nesse ínterim, se desenham novos caminhos para a atuação destas entidades



e para o fortalecimento de discursos de “autonomia” em relação a outros atores sociais. As ONGs comprometem-se, não com a direção de movimentos sociais, mas com a sociedade civil, “sendo agentes de capacitação política”.

Após o fim da guerra fria, visões alternativas ao capitalismo foram esmorecendo. Nos anos 1990, lutas sociais marcadas pela oposição violenta começaram a ser substituídas por formas de ação que consistiam mais na integração social, inclusão e o direito a diferença. “O conflito social ia se ‘despolitizando’, enquanto tomava novas formas de expressão (ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, se declarava ‘apolítico’).”¹⁰

As lutas sociais foram se fragmentando e subgrupos com anseios diversos agora buscam reconhecimento e espaço no cenário político institucional. As organizações da sociedade civil cumprem um papel central neste cenário, já que encontram nestes grupos uma “clientela” como afirmam Valladares (2005) e Cabral (2008). Quanto a essa última característica, destaca-se um ponto de vista crítico verificado em Cabral (2008):

(...) [A] prática clientelista não soluciona de fato os problemas do cliente: devolve à clientela recursos que por outra via lhe foram extraídos, e utiliza estes fluxos de recursos como meio de dominação ideológica. O projeto se torna um meio para se conseguir recursos externos, não um esforço planejado de um grupo de pessoas para alcançar um objetivo e modificar determinada situação, além disso a necessidade de escrever projetos e administrar recursos marginaliza o pobre que não sabe escrever e nem possui conhecimentos próprios para administrar – gerando dependência e perda de dinamismo.¹¹

Entretanto, no caso brasileiro, há que se destacar a multiplicidade de perfis de ONGs, no que diz respeito, sobretudo, à presença de novos atores que passam a capitanear tais organismos, como é o caso de instituições nascidas em favelas e lideradas por pessoas com essa origem. E que vêm fazendo, sem a intermediação de intelectuais ou políticos, sua inserção na esfera pública midiaticizada, utilizando-se de uma série de estratégias de comunicação, na luta pela visibilidade e mobilização.

Para Valladares, que discute questões específicas relacionadas aos espaços favelados cariocas, a noção de “comunidade” que pressupõe uma “união”, ao substituir o termo “favela” (entendido como termo pejorativo), funciona como artifício para escamotear “a diversidade de situações sociais e a multiplicidade dos interesses

¹⁰ FERREIRA; VIZER, 2007

¹¹ CABRAL, Adilson. “Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe”. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcom/movsocong.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.



presentes em uma estrutura freqüentemente mais atomizada do que comunitária”.¹² Nesse sentido as ONGs são apontadas pela autora como utilizadoras freqüentes deste “artifício”, visto que ressaltam visões das favelas como comunidades coesas, ao mesmo tempo que atendem clientelas específicas (mulheres, negros, jovens). Os discursos uniformizantes sobre a pobreza, que insistem “nos excluídos”, na perspectiva de Valladares, justifica a existência das ONGs: “esse discurso é um recurso indispensável para garantir a continuidade do fluxo financeiro necessário ao prosseguimento do trabalho”¹³

A visibilidade midiática, constituiu-se assim como uma opção a ser considerada por organizações sem fins lucrativos que “representam” (em diferentes sentidos) grupos sociais distintos. As “negociações” com grandes empresas de comunicação tornam-se um caminho possível. Atualmente, existem entidades da sociedade civil que delineiam suas principais estratégias de ação no sentido de reverter aquilo que costuma se chamar, no âmbito dos movimentos sociais de “invisibilização” (que é, sem dúvida, também midiática) dos grupos sociais por elas “assistidos”.

“Tecnointerações tomam o lugar das mediações tradicionais”¹⁴, o que na perspectiva de Muniz Sodré, desvia atores políticos das práticas representativas concretas para a performance imagística. É destas afirmações que partem nossas questões-problema que consistem em refletir sobre algumas variáveis (sobretudo relacionadas às estratégias de comunicação) que se entrecruzam para explicar como a CUFA se transformou numa instituição com prestígio midiático no cenário contemporâneo brasileiro. Dentro deste debate se faz necessário ainda trazer algumas questões sobre as tensões entre os sujeitos de um processo histórico de subalternização e a possível intermediação que uma organização não governamental realiza entre este grupo e a sociedade através de uma segunda negociação com um conglomerado empresarial de mídia.

As imagens produzidas pela CUFA em Falcão contribuem para a construção de representações “contra-hegemônicas”? Existe uma supervalorização das imagens como meio de luta política?

¹² VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005. Petrópolis, RJ. Ed: Vozes, 2002. p159

¹³ VALLADARES, Lícia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005. Petrópolis, RJ. Ed: Vozes, 2002. p160

¹⁴ SODRÉ, Muniz, Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.2002



A questão da alteridade em “Falcão”

Neste tópico voltaremos a algumas questões iniciais, as que impulsionaram parte da reflexão até aqui. Voltemos então a discutir sobre a subjetividade frente a possibilidade de amplificação massiva de um dado discurso. Para tanto, retornaremos também a algumas breves considerações sobre “Falcão” e o tipo de representação privilegiada por esta produção. A este respeito é importante ressaltar que o tráfico de drogas da maneira como se instala nas favelas cariocas é uma das grandes preocupações das classes médias e altas, sobretudo, por conta da peculiar geografia da cidade que se somou a outras condições históricas e sociais permitindo o aparecimento e consolidação de favelas em bairros de classe média alta.

A CUFA - ao eleger uma representação da favela centrada sobretudo “nos meninos do tráfico” - impacta as classes dirigentes, aquece o debate público sobre o tema em diferentes espaços (haja visto a estrondosa repercussão da exibição de “Falcão”) e insere no discurso midiático em dominância categorias representacionais que se pretendem contra-hegemônicas.

No entanto as possibilidades de contra-hegemonia das representações que “Falcão” realiza acerca dos “meninos do tráfico” merecem certa problematização. Stuart Hall(1997) em “The spectacle of the other” interroga justamente se o regime dominante de representação pode ser desafiado, contestado ou mesmo mudado, no sentido de reverter estereótipos. O autor trabalha, neste texto específico com a representação racial, mas ressalta que o é elaborado sobre raça pode ser aplicado a outras dimensões da diferença.

Uma das estratégias contra-hegemônicas analisadas por Hall é a que ele chama de “imagens positivas e negativas”. Esta consiste em construir uma identificação positiva sobre algo que é identificado negativamente, aumentando assim a complexidade e, por conseguinte, desafiando o reducionismo do estereótipo. “Falcão” ao capturar narrativas de crianças e adolescentes em conflito com a lei, parece buscar sobretudo humanizar os “meninos do tráfico” - que como vimos figuram no discurso hegemônico caracterizados pela idéia de perigo e são preocupação constante das classes médias e altas justamente enquanto ameaça - pondo em relevo dramas pessoais que conjugam desestrutura familiar, drogadição na infância, morte prematura, violência, extermínio, e alguns outros colhidos de uma lista interminável.



Ainda segundo Hall, esta estratégia pode trazer algumas sérias conseqüências, tais como homogeneizar tudo que não é reconhecido pela cultura dominante como sendo o outro.

The problem with the positive/negative strategy is that adding positive images to the largely negative repertoire of the dominant regime of representation increases the diversity of the ways in which ‘being black’ is represented, but does not necessarily displace the negative. Since the binaries remain in place, meaning continues to be farmed by them. The strategy challenges the binaries – but it does not undermine them.¹⁵

Homi Bhabha (1998) também tematiza a questão do estereótipo – que chama de “A outra questão” -, privilegiando a maneira como este é construído no discurso colonial. O autor observa que o discurso colonial depende da fixidez na construção ideológica da alteridade. Tal fixidez é representada paradoxalmente pois transita entre o imutável e o que sempre deve ser reafirmado sendo “uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido”, de modo a permitir a “repetibilidade” de determinadas categorias em conjunturas históricas diversas. Bhabha propõe então que o ponto de intervenção seja deslocado do reconhecimento de imagens boas ou ruins para uma compreensão de processos de subjetivação tornados possíveis através do discurso do estereótipo.

(..) proponho que, de forma bem preliminar, o estereótipo é um modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo que não apenas ampliemos os nossos objetivos críticos e políticos mas que mudemos o próprio objeto da análise.¹⁶

Segundo o autor o estereótipo também não é meramente uma falsa representação, uma vez que passa a fazer parte de processos de subjetivação. Portanto, este trabalho de Bhabha aponta como um caminho a seguinte proposta:

Minha leitura do discurso colonial sugere que o ponto de intervenção seja deslocado do imediato reconhecimento de imagens como positivas ou negativas para uma compreensão de processos de subjetivação tornados possíveis (e plausíveis) através do discurso do estereótipo.¹⁷

¹⁵ HALL, Stuart. “The spectacle of the other”. In: Representation: Cultural representations and signifying practices. 1997. p274

¹⁶ BHABHA, Homi. “A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”. In: O local da cultura. Ed UFMG. 1998

¹⁷ Ib. Idem



A eficácia do estereótipo incide pois, na subjetividade, entretanto o que deve ser abordado é construção de regimes de verdade que tornam esse estereótipo possível em uma ou várias conjunturas histórico-políticas.

Voltemos então ao 754 onde talvez e somente talvez, por coincidência, Frantz Fanon fosse meu companheiro de viagem. Ele acabou sendo o responsável por ir um pouco mais adiante na problemática da representação do outro, quando recorre a considerações a respeito de sua própria condição para elaborar sobre o lugar do negro no discurso colonial. Fanon observa como a subjetividade do negro é perpassada não só pela idéia que fazem dele: sua simples aparição, o contato visual com sua epiderme, já seria o suficiente para provocar interações que efetivamente serviriam para balizar determinados comportamentos.

Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que a situação tem um duplo sentido. Responderemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta.¹⁸

E qual seria o ponto de convergência entre os adolescentes que interromperam minha leitura na viagem de ônibus e os “meninos do tráfico” de “Falcão”? Talvez a “falta de resistência ontológica” sinalizada pelo autor seja um dos componentes num processo mais complexo no qual o outro se apropria de discursos nos quais ele mesmo é estereotipado. Entender esta dinâmica no contexto de uma produção como “Falcão” ainda é um desafio.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi. “A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo”. In: O local da cultura. Ed UFMG. 1998

CABRAL, Adilson. “Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe”. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcom/movsocong.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2008.

¹⁸ FANON, Frantz. “A experiência vivida do negro”. In: Pele Negra máscaras brancas. EDUFBA. 2008. p104



FANON, Frantz. “A experiência vivida do negro”. In: *Pele Negra máscaras brancas*. EDUFBA. 2008.

FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. “Movimentos sociais: novas tecnologias para novas militâncias”. In: *Mídia e movimentos sociais*. São Paulo. Ed. Paulus, 2007. p13

HALL, Stuart. “The spectacle of the other”. In: *Representation: Cultural representations and signifying practices*. 1997.

SODRÉ, Muniz, *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes. 2002.

TAVARES, Júlio. “Educação através do corpo – A representação do corpo nas populações afro-americanas”. In: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Nº25, 1997.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro. Ed: FGV, 2005. Petrópolis, RJ. Ed: Vozes, 2002.